

Flexibilidade *Dívida Externa* na proposta GAZETA MERCANTIL aos credores

23 OUT 1990

por Getulio Bittencourt
de Washington

A proposta brasileira para renegociar sua dívida externa com os bancos comerciais é realista, mas não é rígida, disse ontem em Washington o presidente do Banco Central (BC) Ibrahim Eris. Ele admitiu, porém, que a proposta não é inteiramente técnica, e tem um importante componente político.

(O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, no encontro ontem em Washington com o presidente do BC, concordou com o enfoque dado pelo governo Collor para o problema da dívida para que se encontre uma "solução definitiva". Em nota oficial divulgada à imprensa, Iglesias afirmou que o enfoque do serviço da dívida deve estar necessariamente vinculado à capacidade de pagamento do País.)

"É óbvio que existe uma opção política, e a questão não é somente técnica", explicou. "Poderíamos pagar mais aos credores se aceitarmos a hiperinflação ou a recessão, como nos últimos dez anos. Mas nenhuma das duas coisas é viável no Brasil de hoje."

Eris argumentou que o Brasil passa por uma fase crítica, tem um plano de estabilização econômica em implantação e não quer colocar em risco seus resultados. "Nós temos alguns conceitos básicos para pautar a renegociação da dívida", ressaltou, como a estabilização da economia e a recuperação do crescimento. Mas, dentro desses princípios, "seremos flexíveis".

Ele considera normal que os bancos comerciais tentem provar que o País pode pagar mais do que o US\$ 1,1 bilhão previsto para o próximo ano. É um pouco como uma contrapartida que veio a Washington expor a posição brasileira aos organismos multinacionais e ao governo dos EUA, no mesmo

Continua na página 23)

O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Luís Eduardo de Assis, garantiu ontem a este jornal que o leilão de Letras do Tesouro Nacional (LTN) será realizado hoje, como sempre acontece toda terça-feira, apesar da grave dos funcionários do BC.

(Ver página 22)

Flexibilidade na proposta...

por Getúlio Bittencourt
de Washington
(Continuação da 1ª página)

momento em que a missão técnica do comitê assessor de bancos esmiúça números em Brasília.

O presidente do BC nota que se tornou necessário explicar a proposta do País porque os banqueiros, contrariando o combinado, a divulgaram precipitadamente. "Espalhe a palavra", foi a recomendação que recebeu logo na sua primeira conversa, no final da tarde de ontem, com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o uruguaio Henrique Iglesias.

Ele ouviu a sugestão de que os banqueiros vazaram a proposta para fixar uma imagem negativa do Brasil com naturalidade, argumentando que "a criação desse clima faz parte da renegociação". Lembrou que o Brasil se propõe a pagar toda a dívida — "nosso pro-

blema é apenas de prazo" —, e que não considera a proposta inicial a única possível ou aceitável.

"Estamos esperando agora uma contraproposta dos bancos, que vamos examinar", afirmou. E antecipou que "se oferecerem idéias interessantes, sem mudar os nossos princípios básicos, estamos dispostos a aceitar".

Eris reafirmou que, de início, o governo Collor de Mello não pretende oferecer garantias colaterais externas aos credores para os novos instrumentos que emergirem dessa renegociação. Mas disse que o governo está disposto a aceitar sugestões de outros tipos de instrumentos, e que mesmo um "cupom zero" do governo dos EUA poderá ser incorporado ao novo título da dívida brasileira: "Se isso for essencial para os bancos, poderemos aceitá-lo", disse ele. "O único problema, aí, é que essas garantias têm um

custo; e o custo das garantias terá que ser deduzido da nossa capacidade de pagamento total."

A reação dos banqueiros contra a noção de capacidade de pagamento, ou pelo menos quanto à sua quantidade, não o perturbou. "A longo prazo, a pro-

posta brasileira é benéfica para os bancos também, e leva em conta seus interesses", ponderou. "Se o Brasil estiver mergulhado na recessão e na hiperinflação, como esteve na década de 80, não poderá pagar nada dessa dívida, e os bancos sabem disso."